Confisco territorial e velamento oficial brasileiro dos Guarani na Banda Oriental do Rio Uruguai após os Jesuítas Coloniais.

Territorial confiscation and official Brazilian erasure of the Guarani in the Eastern Band of the Uruguay River after the Colonial Jesuits.

José Otávio Catafesto de Souza
Departamento de Antropologia - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Resumo: Abordam-se operações ideológicas da historiografia oficial portuguesa e brasileira do Século XIX que silenciou sobre a conquista colonial enquanto um "grande confisco" dos territórios originários, junto ao velamento sobre a continuidade dos Guarani pós-jesuítas. A versão sobre a extinção dos Guarani serviu à expropriação territorial, justificativa a exploração do trabalho indígena e à violentação física e cultural dos nativos. No entanto, a pesquisa etnográfica encontra muitos coletivos de ascendência ameríndia e Guarani ainda existentes na região dos Sete Povos (RS, Brasil), adotando a invisibilidade étnica para promover a sobrevivência anônima frente ao genocídio e ao etnocídio civilizados.

Palavras-Chave: Itinerância Marginal; Invisibilidade Étnica; Confisco Territorial

Abstract: The ideological operations of the official Portuguese and Brazilian historiography of the 19th Century are discussed, which silenced the colonial conquest as a "great confiscation" of the original territories, along with the veiling of the continuity of the post-Jesuit Guarani. The version on the extinction of the Guarani served to the territorial expropriation, justification to the exploitation of the indigenous work and to the physical and cultural violence of the natives. However, ethnographic research finds many groups of Amerindian and Guarani ancestry still in the Seven Peoples region (RS, Brazil), adopting ethnic invisibility to promote anonymous survival in the face of civilized genocide and ethnocide.

Key Words: Marginal Itinerancy; Ethnic Invisibility; Territorial Confiscation

Introdução: máquina etnocidária e reação invisível dos Guarani originários

Grande parte do atual Estado do Rio Grande do Sul (extremosul do Brasil) integrou-se inicialmente à história colonial enquanto parte da antiga *Provincia Jesuitica do Paraguay*, onde se fundaram sete povoados com o trabalho dos índios Guarani reduzidos e administrados por jesuítas espanhóis desde as últimas décadas do Século XVII. Com o Tratado de Madrid (1750), as chamadas "Guerras Guaraníticas" (1753-6) e a expulsão dos jesuítas (1767), as missões da Banda Oriental do Rio Uruguai caíram em gradativa decadência urbana e civil.

A partir de então, grupos falantes de dialetos da Língua Guarani (ou mesmo guaranizados) foram objeto de manipulação militar e administrativa por espanhóis e portugueses em disputa pela possessão deste território e também pela exploração de suas riquezas naturais e humanas. A mão de obra indígena missioneira era mais “treinada” que a dos colonos europeus recém-chegados, cobiçada pela destreza dos Guarani na carpintaria, na construção civil, na produção pecuária e agrícola usando saberes e tecnologias ameríndias, dentre tantas outras habilidades recebidas dos jesuítas. Não menor foi a importância militar e estratégica de uso dos homens Guarani colocados em pelotões opostos nas guerras de fronteira entre colonizadores ibéricos e caudilhos platinos. Para o caso das mulheres, o abuso e proveito sexual tornaram-se objeto de deleite para varões europeus e platinos, gerando uma população camponesa neoguarani mestiça. A importância das mulheres, assim, também era reproduzir fisicamente a população necessária para abastecer o mercado de trabalho exigido por empreendimentos coloniais.

A Conquista portuguesa da região das missões da Banda Oriental em 1801 por paulistas e curitibanos encobre muitos interesses conjugados, mas a historiografia luso-brasileira esconde e faz silêncio quanto ao destino dos Guarani depois disso, limitada pelo paradigma da “teoria do desalento” (Sahlins, 2007), acreditando que uma minoria de homens euro-referenciados foi capaz de imprimir seu perfil cultural sobre uma grande massa de indivíduos indígenas supostamente decaídos pelo colapso colonial, como se tivessem perdidos sua tradição (aculturados) pelas influências do cristianismo e pela cobiça ibérica. Uma projeção da região enquanto um reino de confusão e de brenhas ocupada por feras e habitantes fantasmas, conforme taxaram os imigrantes alemães do Século XIX.

O objetivo deste texto é retomar parte dos conteúdos elaborados em pesquisa de doutorado realizada entre os anos de 1995 e 1998 no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFRGS (SOUZA, 1999; Porto Alegre, RS), centrando aqui o foco nos dados e análises gerados de pesquisa etnográfica realizada diretamente na região onde

existiram os Sete Povoados Jesuíticos com população Guarani (hoje municípios de São Miguel das Missões, São Nicolau e São Luiz Gonzaga, havendo neste último uma localidade rural com as ruínas de São Lourenço Mártir), em paralelo aos dados documentais e historiográficos publicados sobre o passado desta região. Aqui se introduz a abordagem sobre os mecanismos de etnocídio intrínsecos à fundação e à construção da civilização brasileira, tendo como reação nativa, ao velamento oficial e ao silenciamento histórico das alteridades originárias, a estratégias da invisibilidade étnica. A segunda parte do artigo é dedicada a demonstrar com dados arqueológicos e etnológicos as características centrais dos ritmos territoriais originários pré-coloniais: mobilidade, itinerância e sazonalidade; aspectos primordiais transmutados na marginalidade itinerante até hoje adotada pelos Guarani.

A terceira parte é uma síntese histórica a demarcar que os guaranis sob a coordenação dos jesuítas foram capazes de grandes realizações em toda a Banda Oriental do Rio Uruguai, construindo sete povoados urbanos inclusive com metalurgia do ferro e abastecidos por estâncias, ervais e vacarias distribuídos a centenas de quilômetros de distância, localizados bem próximos ao Oceano Atlântico. A parte seguinte do texto trata do processo de decadência dos Sete Povos ao longo da segunda metade do Século XVIII até culminar no processo chamado de "grande confisco" dos territórios Guarani por usurpadores paulistas, curitibanos e gaúchos, gerando o latifúndios privados em prol de Portugal e expulsando e marginalizando os ameríndios outrora súditos do Rei de Espanha. A quinta parte deste artigo é dedicada exatamente sobre o duplo velamento que a historiografia lusobrasileira produziu a partir do Século XIX ao negar o feito civilizatório missioneiro enquanto mérito ao mesmo tempo indígena e espanhol predecessor do qual se fundou o Brasil Meridional. A sexta parte traz registros históricos do Século XIX ao mesmo tempo confirmando a existência de uma população guarani dispersa pelo território outrora missioneiro e também consolidando a ideologia que tal população teria tanto perdido seus traços culturais nativos quanto os aprendizados dos jesuítas. A sétima parte é um desdobramento da parte anterior, confirmando a tese de que a sociedade brasileira, no sul, se criou excluindo os ameríndios da construção nacional pela falsa ideologia que transformou os Guarani em meros fantasmas a habitar o reino das brenhas e das matas a serem abatidas pelo machado civilizado. Por fim, a última parte conclui o estudo trazendo dados a constar uma reversão do processo de invisibilidade étnica, com grupos de ascendência guarani e ameríndia a realizarem ressurgências culturais reivindicando direitos ou fazendo ações de retomadas de áreas antes sob posse privada.

O texto traz dados e argumentos que demonstram as operações ideológicas herdadas pela historiografia oficial portuguesa e brasileira do Século XIX, que não reconheceu que a conquista colonial foi um "grande confisco" dos territórios ameríndios ao lado do velamento sobre as dimensões do saber/fazer imbricados na cosmo-ecologia Guarani que perdura. A versão sobre a extinção dos Guarani foi muito adequada para essa expropriação territorial e para justificar a exploração do trabalho indígena e a violentação física e cultural dos nativos.

Faz-se uma perspectiva deste problema pelo enfoque da etno-história, propondo o percurso em sentido inverso, saindo do presente em direção ao passado, partindo da constatação etnográfica atual de que muitos grupos de ascendência ameríndia e Guarani não apenas sobreviveram ao ultimato sobre uma suposta extinção historiográfica oficial; mas inclusive, hoje, acionam processos próprios de afirmação étnica e de etnogênese, em reflexo às demandas criadas pelas leis indigenistas e pelo regime administrativo dos Estados Nacionais fundados sobre seus territórios originários destituídos. Na medida em que muitos e diversos grupos continuam reproduzindo seu modo de vida e se reivindicam enquanto originários (mesmo que não possuam sinais diacríticos mais evidentes enquanto "indígenas"), avaliam-se os mecanismos nativos de invisibilidade étnica (SOUZA, 1998; STOCKS, 1981) para promover a sobrevivência anônima dos neoguarani frente ao genocídio e ao etnocídio civilizados, principalmente pela estratégia de marginalidade itinerante e de refratária aos liames de subordinação no sistema escravista e servil imposto pelos luso-brasileiros. Valer-se do mimetismo cultural e esconder sua alteridade étnica foi uma estratégia e uma ação recorrente para muitos grupos originários, num ambiente adverso de perseguição pela máquina indigenista e de etnocídio civilizado. Apenas hoje tal adversidade colonial começa a ser revertida, tornando aceitável a perspectiva que este texto adota.

Por isto, é necessário projetar nossa analítica a um nível antropológico mais fundamental, para reconhecer que a violência etnocidária da máquina administrativa colonial portuguesa foi herdada pelo Estado Brasileiro e tornou-se regimentada nas rotinas da administração indigenista até a atualidade (PACHECO DE OLIVEIRA, 1998), infiltrando-se na constituição imaginária e simbólica daqueles que pensam e administram a identidade nacional: mantida reiteradamente pelo "pavor de virar nativo" e pela reprodução do "eurocentrismo nativizado" (ser "naturalmente europeu" [conforme slogan publicitário da cidade de Gramado] em pleno território americano!).

Territorialidade itinerante dos originários

É pertinente a proposição do paradigma da mobilidade (Wilde, 2009, p.21) para compreender as ambiguidades e ambivalências do comportamento dos grupos guarani nos espaços fronteiriços da Região Platina entre a segunda metade do Século XVIII e as primeiras décadas do XIX. No entanto, esse paradigma não é um "surgimento" resultante do impacto depois da colonização, mas constituinte multimilenar dos grupos originários e melhor definido pelos conceitos arqueológicos "territorialidade", "padrão de assentamento" e padrão de abastecimento". O "nomadismo" e a circulação dos guarani nesse período não é necessariamente sinal de decadência e de anomia social, pois o deslocamento é reconhecido como traço característico do "ritmo" de itinerância dos ameríndios das Terras Baixas Americanas e que existe desde os primórdios da Humanidade (LERÓI-GOURHANT, 1987). A itinerância é representada pelo revezamento entre um percurso (linha) e um assentamento (ponto de acampamento ou moradia estacional). Sem dúvida, isso não impediu que houvesse forças centrípetas (econômicas e políticas) gerando grandes aldeias Guarani mesmo no passado pré-colonial, assim como muitos grupos domésticos guarani se submeteram ao processo de concentração populacional pela redução missioneira promovida por jesuítas que aglutinaram - "reduzindo" - muitos cacicados, outrora independentes, dentro de cada um dos mais de trinta povoados urbanos criados no Período Colonial em toda Região do Rio da Prata.

Diversamente à concentração populacional das civilizações americanas, os autóctones da Banda Oriental do Rio Uruguai foram grupos de baixa densidade populacional e de economia diversificada em coleta, caça, pesca; também complementada, entre quase todos os grupos e em diferentes proporções, pelo cultivo de plantas autóctones americanas domesticadas. Por isso, falasse do cultivo itinerante como marca de boa parte dos povos originários platinos. Viviam em regime de frequentes deslocamentos dentro de amplos territórios tradicionais, limitados apenas pela territorialidade de vizinhos da mesma ou de outras ascendências linguísticas e culturais.

Interessante constatar hoje (2018) que informes etnográficos descrevem conhecimento dos atuais indígenas sobre os amplos territórios tradicionais habitados por seus ancestrais proto-históricos; como até hoje continuam frequentando-os ou, pelo menos, possuem laços de parentesco e aliança dentro de sua amplitude, ainda que geralmente na invisibilidade. Tanto hoje quanto antes, como disse Ivorí Galet, os grupos *Mbyá*-Guarani são "tradicionalmente" conquistadores. Seus antepassados conquistaram a Região Platina no passado paleoetnológico; hoje, estão reconquistando a amplitude de sua territorialidade

através de acampamentos e aldeias retomadas em áreas de floresta dentro do Rio Grande do Sul e além.

Hoje e sempre, os padrões de assentamento dos autóctones meridionais são compreendidos erradamente pela cartografia nacional, sendo necessário ultrapassar as pré-compreensões sobre o espaço (geométrico e euclidiano) introduzidas da Europa moderna, pela "consolidação" da conquista enquanto posse efetiva em termos de "propriedade" privativa e individual (ou pública) da terra. A falta de uma perspectiva antropológica e as operações de velamento fizeram conquistadores e colonizadores sub-estimarem o fenômeno sumariamente descrito como "nomadismo" ou dispersão dos grupos originários platinos que viviam, assim como quase todos os nativos das Terras Baixas Sul-americanas, em regime de itinerância sazonal. Conforme a época do ano, havia o deslocamento e dispersão dos núcleos domésticos de produção por todo o vasto território tribal, independente da existência de aldeias e assentamentos "mais" permanentes ao estilo do que passaram a praticar os colonizadores. Há também o fato de que a presença humana dispersa a caça e é preciso então seguir atrás dela e abandonar o antigo local de habitação, permitindo posteriormente que os animais voltem para lá.

Os estudiosos sabem que as populações de ascendência Proto-Guarani (Tupiguarani arqueológico) criaram grandes aldeias mais estáveis ao longo das várzeas férteis dos rios Paraná, Paraguai, Uruguai e afluentes, as primeiras atingidas e dissipadas pela colonização espanhola do Rio da Prata. Esses autóctones eram sofisticados cultivadores pelo sistema de roças, possibilitando que a força centrífuga que move os núcleos de produção doméstica fosse contrabalançada pela sustentação de relações de redistribuição econômica centralizadas por grandes lideranças (*mburuvichá* e depois cacicazgos). A cidade de Assunção (Paraguai) é, talvez, o exemplo mais marcante de um assentamento colonial realizado sobre local de forte concentração populacional Proto-Guarani pré-hispânica.

A itinerância de todos os grupos autóctones foi estimulada pela colonização, nas grandes movimentações (epidemias, perseguições, escravidão, catequese e extermínios) geradas pela conquista bélica e religiosa a partir do século XVI, interferindo agudamente no equilíbrio das relações estabelecidas entre os grupos originários platinos. Há muitas pistas arqueológicas a demonstrar inúmeras formas de relação interétnica nas áreas de fronteira cultural entre grupos autóctones, incluindo a reciprocidade negativa pelo canibalismo e pelo conflito bélico, rapto de mulheres ou inter-casamentos indicados pela descoberta de trocas em certos padrões de confecção na cerâmica por exemplo. Considera-se plausível a hipótese de que os sistemas sociais da paleoetnologia platina formavam amplas redes de parentesco e

aliança, que poderiam se estender, talvez, para além das fronteiras tribais e linguísticas. Por isso, é preciso abordar esse problema de maneira crítica frente as aspirações ordenadoras e homogeneizantes das modernidades nacionais, o que se estende também sobre a produção historiográfica e antropológica que trata dos "Guarani" (Wilde, 2009, p.31) de papel (através apenas dos documentos escritos).

De qualquer forma, a expansão dos impérios coloniais ibéricos na região produziu a gradativa ruptura de quaisquer tipos de alianças políticas de maior amplitude que as tribais, ao ponto de se reduzir, na maior parte das vezes, a vínculos domésticos unindo poucas famílias nucleares. Isso gerou a ampliação das forças de dispersão, independência e autonomia dos núcleos domésticos autóctones, salientando o nomadismo como estratégia de fuga frente aos agentes de dominação colonial. Criou-se um quadro de pressão populacional para e entre todos os grupos nativos da Região Platina, espremidos entre os portugueses vindos de norte e leste e os espanhóis vindos de sul e oeste. Isso também foi enfatizado pela estratégia colonial de cooptar uns e outros como aliados aos impérios coloniais, ampliando ainda mais as rivalidades intertribais e intra-étnicas. Dividir para melhor conquistar!

Integração jesuítica dos grupos Guarani e inauguração do ciclo pecuário no Rio Grande do Sul.

Na Região Platina, a atuação jesuítica começou com a visita realizada por eles à Província de Guiará (atualmente, oeste do estado do Paraná) em 1588, onde batizaram, às pressas, milhares de Guarani (CLASTRES, 1978, p.9), nas chamadas missões circulantes (FLORES, 1983, p. 19) a montante dos rios Ivaí e Paranapanema. Em 1605, jesuítas portugueses desembarcaram em Laguna (SC, Porto dos Patos), empreendendo diversas digressões para o sul e fizeram referências documentais sobre os Carijós e Arachanes do litoral meridional, talvez já dentro do território do atual Rio Grande do Sul (CESAR, 1981, p.21). Em 1607, ocorreu a criação da *Provincia Jesuitica del Paraguay* (KERN, 1982, p.12-3), confirmada pela concessão dada pelo rei de Espanha, em 1609, à Companhia de Jesus empreender a "conquista espiritual" na região, tarefa iniciada no Guairá.

A partir do ano seguinte, foram criadas as primeiras *reducciones* de índios, implementando um modelo de catequização pela reunião e sedentarização dos nativos em *pueblos*, em conformidade com as regras estabelecidas pelas Leis de Índia. Em 1619, o padre Roque Gonzales de Santa Cruz já fundava a redução de Conceição, cabeça de ponte para a posterior penetração no território a leste do rio Uruguai, hoje pertencente ao Rio Grande do Sul. No mesmo ano, os jesuítas recebem o "pedido" dos índios da outra banda do Uruguai,

através do "cacique" Nicolau *Nhenguiru,* para que os padres fossem até eles e os recebessem como filhos (PORTO, 1954a, p. 76).

Em 1626, aos jesuítas foi repassada a tarefa de cristianizar e converter os "naturales", da província do Uruguay e de outras províncias sem governo mais a oriente, em súditos do Rei de Espanha. Os jesuítas da Província do Paraguai adotaram o modelo de criar *reducciones* habitadas exclusivamente por indígenas, evitando os problemas criados em outras regiões (México, Canadá, Brasil) onde foi permitido o convívio com brancos. No clímax missioneiro do século XVIII, apenas um ou dois missionários residiam na redução, responsável(eis) pelo governo das coisas materiais e espirituais dos índios "cristianizados". Para se entender a intencionalidade missionária dos jesuítas platinos, nada melhor do que apresentar suas próprias palavras sobre o assunto. O padre Antônio Ruiz de Montoya expressou isso muito bem no século XVII:

> Note-se que chamamos 'Reduções' aos 'povos' ou povoados de índios que, vivendo à sua antiga usança em selvas, serras e vales, junto a arroios escondidos, em três, quatro ou seis casas apenas, separados uns dos outros em questão de léguas duas, três ou mais, 'reduziu-os' a diligência dos padres a povoações não pequenas e à vida política (civilizada) e humana, beneficiando algodão com que se vistam, porque em geral viviam na desnudez, nem ainda cobrindo o que a natureza ocultou (MONTOYA, 1985, p. 34).

A espontaneidade dos Guarani, em receberem a ação catequética dos missionários jesuítas, é um importante indicativo do sentido social dessa alternativa de integração colonial. Muitas vezes, as reduções foram criadas sob a condição, explicitamente reivindicada pelos caciques (*tuvichá*), de que, assim, os índios não teriam que servir aos *encomenderos* espanhóis. Para os jesuítas, a oposição entre o índio encomendado e o índio reduzido mostrou-se substancial e satisfatória. A defesa do índio contra o serviço encomendado constituía um princípio básico do plano jesuítico de redução. "La reducción como alternativa y negación del sistema de encomiendas, no tanto desde un punto de vista teórico, cuanto proyecto práctico y posible en el Paraguay, me parece ser la clave para entender el proceso de lo que llegaron a ser las reducciones jesuíticas con los Guaraníes" (MELIÁ, 1986, p. 19-20).

Foram criadas dezenas de pueblos de índios no Guairá (PR), no Itatim (MS), Uruguai e Tape (RS). A partir de 1628, os jesuítas passaram a introduzir a criação de gado vacum nas reduções, utilizado inicialmente para a sustentação dos padres e dos doentes. Em 1634, adquiriram 1.500 reses de um estancieiro de Corrientes, distribuídas entre os diversos povoados surgidos numa e noutra banda do rio Uruguai. Na mesma época, gados ovino e eqüino também foram introduzidos. Isso teve duradouras consequências sobre toda a história posterior da porção sul da Região Platina, pois as pastagens naturais da Pampa e do Planalto Meridional possibilitaram uma boa adaptação das manadas.

Os jesuítas portugueses suspenderam sua obra missionária no sul, seja pela oposição dos traficantes de escravos índios em Laguna, seja pela falta de apoio oficial da Companhia de Jesus sediada no Brasil. Por outro lado, os portugueses de São Vicente, aliados dos Tupi, realizaram, entre 1620 e 1640, um ciclo de "bandeiras" terrestres em larga escala, nas direções oeste e sul. Destruíram a maior parte das reduções jesuíticas espanholas no Guairá, Itatim e Tape, aprisionando milhares de índios Guarani e Carijós. As Bandeiras foram verdadeiras empresas militares de caça aos índios (MONTEIRO, 1984, p. 32), sem qualquer objetivo de fixação territorial (PORTO, 1954a, p. 234). Os ataques vicentinos provocaram o êxodo das populações Guarani sobreviventes em direção aos povoados situados a oeste do rio Uruguai (mesopotâmia argentina). O gado, introduzido nas reduções, criou-se, assim, selvagem (crioulo ou chimarrão) na Banda Oriental do Uruguai. Findo o ciclo de investidas bandeirantes para o sul depois da Batalha de Mbororé (1641), jesuítas e índios missioneiro voltaram a cruzar o rio Uruguai frequentemente, ora atrás de índios fugitivos, ora para enfrentar bandos isolados de paulistas, ora para controlar as manadas de gado selvagem ou explorar os ervais nativos.

Em 1657, os jesuítas estabeleceram, outra vez, estâncias no lado oriental e, com isso, organizaram gradativamente a infraestrutura básica à fundação, a partir de 1682, dos Sete Povos da Banda Oriental (São Borja, São Nicolau, São Lourenço, São Luiz, São Miguel, São João e Santo Ângelo), chamados reduções ou missões da Segunda Fase. Só fizeram isso, entretanto, depois de estarem seguros da movimentação dos paulistas no porto de Laguna, onde um contingente de 80 índios armados fazia espia anual. Como enfatiza Aurélio Porto, jesuítas e índios missioneiros ocuparam economicamente quase a totalidade do território, hoje, do Rio Grande do Sul, com estâncias, com entrepostos de aproveitamento dos grandes ervais nativos e com as Vacarias do Mar e do Pinhal (PORTO, 1954a, p. 320).

Essa expansão jesuítica-guarani para a Banda Oriental foi pensada como estratégia política e econômica, diz este autor. O colonialismo espanhol usou jesuítas e índios guarani missioneiros como agentes de posse do território, frente as ameaças crescentes dos portugueses chegados desde Laguna e também desde a recém-fundada Colônia de Sacramento (1680), tornada baluarte do Império português na foz do Rio da Prata (também MORNER, 1985, p. 97). Os Sete Povos permitiram um mais eficiente cuidado com as estâncias expandidas para mais oriente da Banda oriental do Uruguai, além de melhorar o aproveitamento beneficiado da erva mate, que se tornou um produto cada vez mais requisitado entre os espanhóis do Paraguai.

Além dos povoados, o ciclo missioneiro criou diversos postos avançados e capelas, muitos deles dando origem a cidades luso-brasileiras (Cruz Alta, Passo Fundo, Lagoa Vermelha etc.). A pecuária jesuítica-guarani promoveu a procriação de rebanhos de diferentes tipos de gado, tornando-se a base do sustento, tanto no início quanto no desenvolvimento da vida dos povoados orientais. Ao mesmo tempo entretanto, as Vacarias transformaram-se em atração econômica mercantil, cobiçada não só pelas correntes expansionistas portuguesas e espanholas, mas também por franceses, dinamarqueses, ingleses e exploradores de outras procedências, que passaram a percorrer a Banda Oriental em busca de couro, graxa, charque e sebo. Um contingente de índios missioneiros armados vigiava toda a região, reprimindo estrangeiros em atividades de "faenas de vacarias" (PORTO, 1954b, p. 163).

Criou-se uma verdadeira "geografia jesuítica do gado" crioulo na região, início da idade da pecuária e do couro, marca da história do Rio Grande do Sul nos séculos seguintes. As populações autóctones das planícies onduladas do que é hoje a República do Uruguai, e, da Pampa argentina também saíram privilegiadas com a gadaria selvagem, transformada em uma caça nova e prodigiosamente abundante. Algumas tribos até copiaram o sistema pecuário espanhol, domesticando vacas e cavalos, "...saltando de uma economia de caça e coleta, ao pastoreio, sobrepondo-se, assim, a todas as outras tribos..." (RIBEIRO, 1983, p. 471). Charruas, Minuanos e outros índios pampeanos em diferentes graus de guaranização, desenvolveram na Vacaria do Mar "...um modus vivendi com os exploradores neo-americanos dos rebanhos, cobrando direitos de coureada, e admitindo em suas tendas alguns fugitivos que entre eles se casavam e procriavam gentes que seriam novos gaúchos" (RIBEIRO, 1983, p.477).

Jesuítas e índios missioneiros serviram militar, política e economicamente aos propósitos do Império espanhol na Região Platina. Não apenas habitaram e beneficiaram economicamente a Banda Oriental, ao ponto de criar a cobiça internacional. As missões tinham que prestar ao governo colonial do Prata e do Paraguai homens, armas, animais e serviços. Serviram, com suas milícias, na defesa da imensa região entre o rio Uruguai, a foz do rio Prata e o litoral Atlântico. O território correspondente à atual República do Uruguai virou possessão espanhola devido unicamente à ação militar dos índios missioneiros.

Por exigência da vassalagem ao rei de Espanha, cada índio adulto cristão pagava o dízimo anual em produtos, em serviços especializados ou organizados coletivamente pelo sistema do tupambaé missioneiro, capitalizado pelos jesuítas. Os índios missioneiros tiveram grande importância, inclusive, na construção inicial das cidades coloniais platinas, tendo

"...ativa participação no desenvolvimento de Buenos Aires, ao atuarem como força de trabalho especializado em tarefas manuais, serviços de guerra, transporte e abastecimento" (NEUMANN, 1996, p. 14).

Do lado português, as expedições em direção ao sul ocorreram segundo a busca de atrativos econômicos. Até o final do século XVII, os interesses tinham sido o "resgate" escravista de índios, a expectativa frustrada de exploração aurífera, a exploração da courama nas Vacarias do Pinhal e do Mar, o contrabando da prata de Potosi por intermédio da Colônia de Sacramento, o comércio com Buenos Aires e a expansão do latifúndio (CESAR, 1981, p. 47). Portugueses e paulistas vinham ao sul pelo topo do planalto (via Curitiba) e, na altura de Laguna, desciam pelo litoral até chegarem à Colônia de Sacramento. Recolhiam, também, os rebanhos nas vacarias, levando-os para a venda nas feiras de São Paulo. Criaram-se diversos currais e invernadas ao longo do litoral riograndense, etapa preliminar ao estabelecimento da propriedade da terra garantida a particulares que delas mantivesse posse.

A descoberta das Minas Gerais estimulou nova vinda aos campos do sul, transformados em áreas fornecedoras, por excelência, do gado muar e cavalar necessário ao incremento econômico trazido pela mineração (SANTOS, 1989, p. 273). Disso surgiram as primeiras sesmarias doadas para particulares entre os rios Mampituba e Guaíba, a partir de 1732. "A sesmaria era a estância e nascia a propriedade privada então, revestida dos característicos jurídicos da doação oficial e governamental" (LAYTANO, 1983, p. 14). A sesmaria foi o dispositivo oficial português de fomento à posse e ocupação da terra, objetivando fixar o povoamento. A doutrina administrativa exigia que o solicitante de uma porção específica de terra devoluta tivesse sua posse efetiva durante anos, estando a concessão baseada em obrigações legais.

O modelo imposto pelo Governo colonial "...era o de estabelecer a obrigatoriedade do ocupante da terra de sesmaria permanecer nela. Uma maneira de povoar grandes espaços verdes - áreas diferentes das européias" (LAYTANO, 1983, p. 13). A fundação da Comandância Militar de Rio Grande, em 1737, deu apoio portuário à ocupação meridional portuguesa. Em 1738, o tropeiro e sertanista Cristóvão Pereira de Abreu desbravou novo caminho mais ao interior, ligando Viamão a Curitiba, subindo o planalto pela Guarda Velha, cruzando os campos do planalto e a Vacaria do Pinhal, em direção a Lajes (SC).

Decadência das Missões jesuíticas e o "grande confisco" dos territórios Guarani

Com o Tratado de Madrid em 1750, iniciou-se o processo de decadência das Missões orientais. A Colônia do Sacramento foi trocada pela região do Sete Povos e os índios obrigados a abandonar suas terras, seus povoados e demais pertences imóveis. Estas decisões

palacianas atingiram em torno de 30.000 Guarani missioneiros. Em 1752, chegou a Comissão de Demarcação do tratado no porto de Rio Grande, chefiada pelo general Gomes Freire de Andrade. No mesmo ano, imigrantes açorianos chegaram também, com o objetivo inicial de ocuparem as terras a serem abandonadas pelos índios missioneiros. Eles acabaram ficando no Porto dos Casais (Porto Alegre), Rio Pardo e Santo Amaro (1755), às margens do rio Jacuí.

A Comissão de Demarcação foi importantíssima para tornar conhecido o interior da região e permitiu a criação de cartas geográficas portuguesas com o reconhecimento dos principais acidentes geográficos. As "Guerras Guaraníticas" (1752-56) também tiveram importantes consequências, já que a resistência indígena exigiu que as tropas de apoio à demarcação abrissem as primeiras estradas da campanha sul, estimulando o comércio e iniciando o povoamento com ex-soldados que se tornaram criadores (PORTO, 1954b, p. 203). Depois da chacina em Caibaté (em torno de 1.550 guarani mortos), famílias missioneiras sujeitaram-se ao aldeamento junto dos núcleos lusos do Continente do Rio Grande de São Pedro.

Necessário trazer aqui a análise que Ruy Ruben Ruschel faz do direito de propriedade dos índios missioneiros, particularmente do que ele chamou de "o grande confisco". Enquanto as Missões vigoraram sob a administração jesuítica, os índios garantiram a manutenção da propriedade coletiva da terra, enquanto a Europa evoluía rumo ao individualismo. "O direito de propriedade privada assumia um caráter crescentemente absoluto. Perdia os condicionamentos e restrições medievais e voltava a consagrar o conceito romano do *jus utendi et abutendi*, ou seja, o direito egoísta de dela usar e dispor com inteira liberdade" (Ruschel, 1994, p. 115). O Tratado de Madrid teve dramática consequência sobre a propriedade dos índios. "Importava no confisco puro e simples, tanto da terra, de propriedade 'longissime temporis' dos índios, como de todas as acessões e benfeitorias acrescidas nos últimos cento e cinqüenta anos de labuta" (RUSCHEL, 1994, p 115).

A segunda metade do século XVIII foi marcada pela decadência das missões. Havia demanda de trabalhadores nas colônias espanholas. "As reduções jesuíticas dos Sete Povos, com uma população de mais de 30 mil índios, era um novo estoque de mão-de-obra especializada, pois todo índio conhecia agricultura e tinha mais de uma profissão" (FLORES, 1989:82). O mesmo autor diz ainda:

> Os administradores espanhóis, que substituíram os jesuítas após a expulsão de 1768, não respeitaram os valores da cultura guarani, transformaram os índios em escravos, ignorando o sistema de cuñadazco, existente entre eles. O guarani sedia mulheres e em troca queria o auxílio mútuo entre cunhados. (...) Acontece que os brancos pegavam a mulher do índio, roubavam seu gado e tiravam sua terra. Não

> procediam como cunhado, mas como senhores em relação ao escravo (FLORES, 1979, p. 187).

Produziu-se uma ampla dispersão das famílias indígenas para os matos, procurando áreas de refúgio, mesmo antes da retirada dos missionários. Desde os tempos de Gomes Freire, os portugueses haviam demonstrado benevolência para com os índios, visitando-os, dando presentes e expressando o desejo de casar com as índias. A fama de melhor tratamento dado pelos lusos, em relação aos espanhóis, difundiu-se entre os índios, fazendo com que eles fossem a Santo Ângelo e, depois, em grupos para Rio Pardo. Foram assentados em duas vilas, chamadas São Nicolau em 1758 (Rio Pardo e Passo do Fandango, em Cachoeira do Sul). Algumas famílias foram levadas ao Estreito, em São José do Norte (VENZON, 1991a, p. 113).

No ano de 1762, os Guarani de São Nicolau do Rio Pardo foram deslocados para os Campos de Viamão e assentados na nova Aldeia dos Anjos (Gravataí) e na Aldeia de São João Batista, na Guarda Velha de Viamão (Santo Antônio da Patrulha). O objetivo era estratégico e a fixação indígena provisória, nada sendo feito para a organização da vida indígena. Os índios ficaram dependendo dos favores dos sesmeiros lusos, ganhando rações de carnes como pagamento a serviços prestados em estâncias, tropeando gado ou construindo fortificações, quartéis e arsenal. "O indígena era considerado como preguiçoso, bêbado e ladrão de gado, sem condições de tirar seu sustento da própria terra" (FLORES, 1989, p. 86).

Apenas entre os anos de 1769-80, o Governo provincial português tomou iniciativas administrativas para organizar a vida e o trabalho dos descendentes missioneiros dessas aldeias, buscando a autossuficiência dos índios. Receberam uma porção maior de terra para plantio e estância para criação de gado. Foram obrigados a aprender o Português e a doutrina cristã, reprimidos na manifestação de suas (consideradas) "superstições primitivas". Não houve integração populacional tampouco; ao menos para o caso da Aldeia dos Anjos, o registro oficial de casamentos entre índios e lusos é raro (FLORES, 1989, p. 87).

Depois de 1780, a conjuntura oficial voltou a ficar desfavorável aos missioneiros assentados em aldeamentos lusos, quando a administração reedita as acusações de incapacidade produtiva dos índios, ao ponto de se preocupar em suprimir a aparência "animalesca" das mulheres autóctones, exigindo que elas prendessem seus cabelos e assumissem ar de civilidade nos modos e vestimenta. Nas duas últimas décadas do século XVIII, os missioneiros incorporados à Província do Rio Grande perderam o mínimo apoio da administração oficial, foram novamente marginalizados e alienados gradativamente das

terras previamente recebidas. "A organização do espaço português, em suas dimensões geográfica, social e temporal, excluiu o índio" (FLORES, 1989, p. 89).

Velamento historiográfico sobre a ascendência hispano-indígena no Rio Grande do Sul

O enquadramento histórico do Rio Grande do Sul como porção platina é tema controverso na historiografia luso-brasileira, exatamente porque enfatiza a ascendência hispânica que a conquista portuguesa quis apagar do nosso passado. A Banda Oriental entrou para a História, recordemos, pela ação dos missionários jesuítas ligados à Espanha. Este é outro feixe representacional muitas vezes submetido ao velamento, portanto, suprimindo o capítulo mais marcante de origem histórica da Região Platina, qual seja: sua posição periférica dentro do Sistema Colonial Ibérico, caracterizada como uma região disputada militarmente durante três séculos entre os representantes das coroas de Portugal e Espanha, o que acabou interferindo drasticamente sobre a vida dos coletivos originários.

Na entrada do século XIX, os portugueses detinham o comércio de contrabando realizado entre a antiga região dos Sete Povos, Corrientes, Santa Fé e o Paraguai, além de já ocuparem sesmarias ao longo dos campos neutrais, adiante da fronteira definida pelo Tratado de Santo Ildefonso (1777). Estancieiros portugueses com seus peões e escravos percorriam pilhando as estâncias espanholas. Na opinião de Moacir Domingues, foi o contrabando paulista com as Missões, pelo planalto, um dos principais fatores responsáveis pela rápida e fácil conquista efetuada:

> Aí está matéria para muita reflexão, por parte dos estudiosos de nosso passado: menos de dois decênios após a substituição dos Jesuítas por autoridades militares e civis castelhanos nas Missões Rio-grandenses, comprovadamente, começou-se a fazer contrabando de gado missioneiro para a Capitania de São Paulo, através do modernamente chamado Planalto Médio, isto é, Cruz Alta, Passo Fundo, Campo do Meio (Lagoa Vermelha)...E os ativos e astutos contrabandistas paulistas, curitibanos e rio-grandenses abriram nova passagem no Rio Uruguai para se furtarem à fiscalização e ao pagamento de direitos em Santa Vitória... (DOMINGUES, 1981, p. 65).

Os paulistas fizeram sua obra pioneira percorrendo caminhos indígenas provavelmente anteriores à colonização. Os caminhos ao longo dos campos do planalto eram os mesmos caminhos trilhados pelos autóctones Guarani-missioneiros dos Sete Povos em direção aos ervais do alto rio Jacuí e às Vacarias do Pinhal. Em 1801, ocorreu a conquista definitiva das Missões orientais do Uruguai para o Império português, resultante da iniciativa do governador e da atuação de antigos desertores das tropas portuguesas e contrabandistas que conheciam muito bem a região, como era o caso de José Borges do Canto.

Essa conquista ocorreu rapidamente, contando com o apoio dos Guarani-missioneiros, descontentes que estavam com a exploração promovida pelos espanhóis. Segundo Flores, os participantes portugueses da conquista das Missões orientais estiveram mais preocupados com a pilhagem das estâncias missioneiras do que com operações militares. Os conquistadores receberam sesmarias na região conquistada, tornada província administrativa das Missões dividida em sete freguesias, dentro da Capitania de São Pedro do Sul. O bispado do Rio de Janeiro conservou os padres espanhóis existentes e encaminhou, para cada um dos Sete Povos, 1 vigário, 6 administradores e 3 capatazes de estância. “O índio era o empregado de todos, roubado e espoliado” (FLORES, 1979, p. 194). Ferreira Filho faz uma descrição do que seria a sociedade rio-grandense em sua origem ao raiar do século XIX:

> As vigas mestras da nascente sociedade era a estância, a igreja e as milícias. Em redor dos grandes estancieiros agrupavam-se parentes, amigos, protegidos, aventureiros, índios e mestiços. Isso tudo, somado aos escravos pretos, formava reduto forte, dando ao chefe do Clã poder semelhante ao do antigo senhor feudal. Foi, pois, a sociogênese rio-grandense assentada em bases aristocráticas (FERREIRA FILHO, 1974, p. 65).

No entanto, a presença constante da guerra exaltava ânimos de violência e o poder aquisitivo do estancieiro era reduzido. As casas da campanha eram de barro, cobertas de santa-fé. Alimentação básica era carne e mate. Alguns estancieiros eram analfabetos, vestiam chiripá, e calçavam botas de garrão de potro. A elite da sociedade vivia no litoral e nas vilas de Porto Alegre, Rio Pardo e Pelotas. “Entre os fazendeiros do litoral encontravam-se homens instruídos, com hábitos de vida civilizada, à maneira européia. A proximidade do porto do Rio Grande permitia-lhes reputar melhor os produtos de sua fazenda e adquirir utilidades importadas do Rio de Janeiro ou do Reino” (FERREIRA FILHO, 1974, p.65).

A vizinhança agressiva com os castelhanos obrigava a manter ativos corpos de milícias recrutados entre os homens brancos, sem mescla, que fossem proprietários rurais ou participassem em algum ramo de comércio. Os oficiais tinham que comprovar pureza de linhagem pelo exame da ascendência até terceira geração. “A esses destemidos soldados-estancieiros deve-se mais do que a ninguém a conservação, para o Brasil, desta formosa terra que é o Rio Grande do Sul” (FERREIRA FILHO, 1974, p.67). Quanto atavismo! Muitas obras historiográficas manifestam o esforço empreendido para enaltecer a participação da elite de ascendência reinol. No caso citado acima, o autor desconsidera completamente o fato de que eram os mestiços e autóctones aqueles que morriam nas frentes de batalha em prol das causas imperiais, subordinados aos seus senhores estancieiros que recebiam a celebridade e os benefícios de batalhas em que provavelmente nem estiveram presentes. Há muitos exemplos como este, onde é possível identificar a construção de uma versão onde a participação autóctone não aparece como fenômenos dignos de notação, reincidências das

configurações ideológicas que destinam espaço de silêncio aos povos originários e desconsideram sua fundamental participação nos primeiros séculos da civilização iberoamericana.

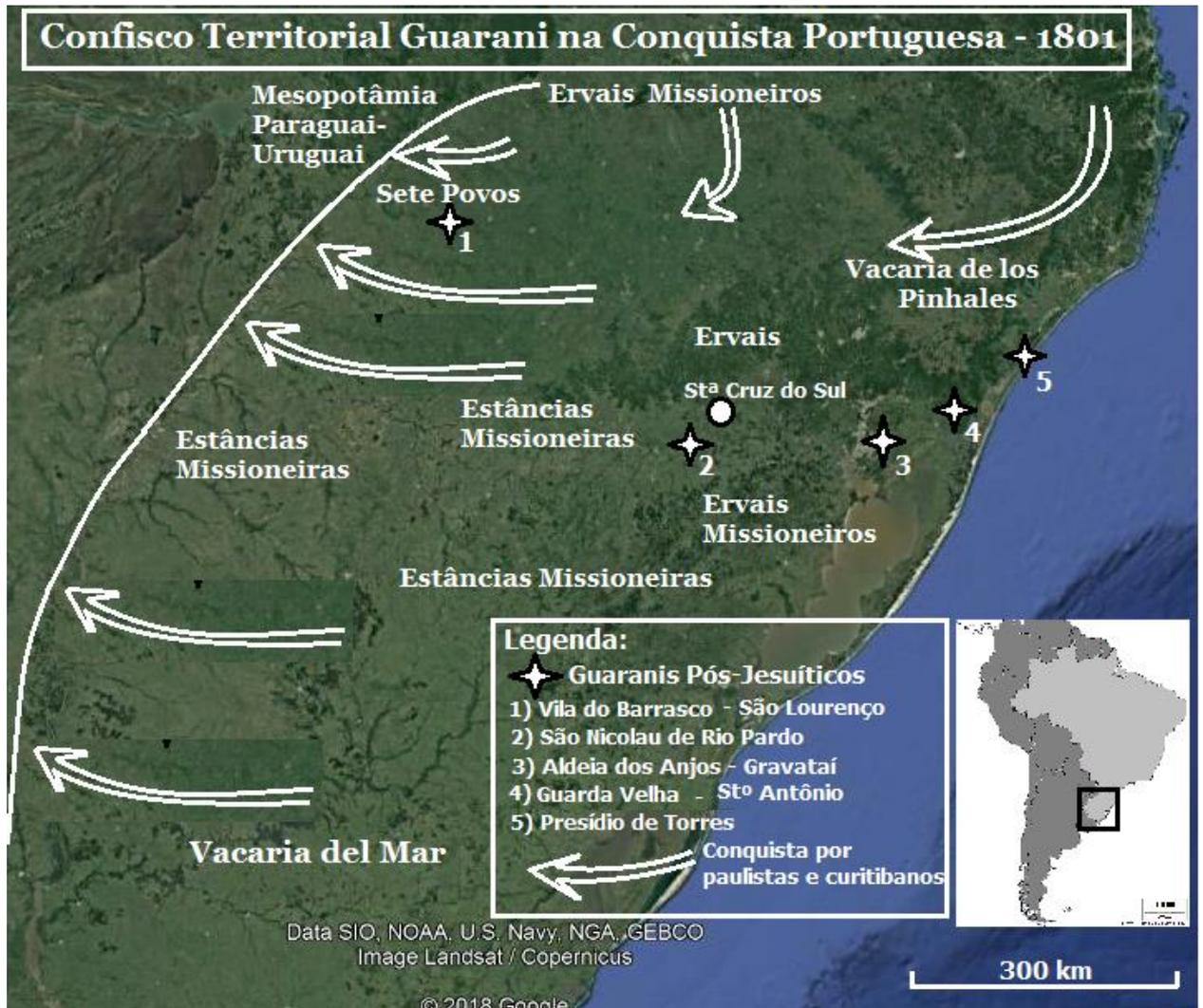
Ainda hoje, o mito fundador de brasilidade na região depende desse velamento sobre a existência do substrato social de origem guarani-missioneira, silenciando e negando esse capítulo de abertura, mas estrangeiro, "castelhano" de nossa formação histórica. É inegável: os Guarani reduzidos ao espaço missioneiro entraram, assim, para a história como "vassalos" do rei de Espanha. Prestaram inúmeros serviços em prol dos agentes espanhóis, inclusive tornaram-se famosos pela brava atuação guerreira contra as forças de Portugal em avanço na região. Quando houve a conquista do território das missões da Banda Oriental, os índios missioneiros passaram a ser considerados, desta forma, enquanto estrangeiros, situação que desencadeou seu processo de invisibilização como alteridade cultural.

Os Guarani-missioneiros depois da Conquista portuguesa da região das Missões Orientais: extinção ou velamento?

As primeiras décadas do século XIX foram marcadas pela crise de desagregação do monopólio colonial e a gradativa instalação dos monopólios capitalistas, particularmente ingleses na Região Platina. A independência do Brasil em 1822 foi parte desse processo. A fixação definitiva da fronteira oeste do Rio Grande do Sul levou à gradativa alienação das terras dos indígenas missioneiros, pela prática do governo conservar o sistema de comunidades e estâncias subordinadas a administradores ligados aos militares comandantes das missões (VENZON, 1991, p. 114). Entre 1801 e 1828, foi o período de extinção da vida nos Sete Povos:

> As terras foram distribuídas aos conquistadores e aos que se comprometessem a habitá-la e defendê-la. (...) De São Paulo, deslocaram-se centenas de famílias para povoar as Missões. E tão grande foi o êxodo, que o governo paulista se alarmou e pensou em medidas capazes de estancar o movimento migratório. As comarcas de Curitiba e Lages viram o terço, no mínimo, de seus habitantes seguir para o eldorado missioneiro. Ora, isso foi providencial para a segurança da nova fronteira, já então definitivamente marcada pela linha d'água do rio Uruguai (FERREIRA FILHO, 1974, pp. 63-4).

O caudilho José Gervásio Artigas opôs-se à forma como se encaminhou o processo revolucionário em Montevidéu, fugindo de lá levando consigo grande parte da população oriental para a margem direita do rio Uruguai, de onde dirigiu operações de guerra para sul e leste, dentro do território rio-grandense. A partir de 1817 começou um período de lutas sangrentas na região das antigas Missões Orientais, entre tropas portuguesas e os combatentes de Artigas. Os próprios índios missioneiros ficaram divididos lutando em tropas antagônicas.

A ocupação portuguesa havia eliminado com qualquer resquício do "tribalismo" ou da relativa unidade política que os Guarani-missioneiros tiveram até a segunda metade do século XVIII, transformados em grupos familiares a vagar pelos refúgios de mato em busca de sobrevivência. Muitas famílias indígenas foram fragmentadas, os homens engajados nas tropas de ambos os lados e as mulheres índias transformadas em "chinas" aos serviços das milícias. A batalha de Taquarembó foi o ponto culminante da guerra contra Artigas em 1820, quando foram aprisionados 505 homens conduzidos a Porto Alegre para serem empregados em obras públicas. Eram quase todos Guarani-missioneiros. Parte deles foi enviada ao litoral norte, para trabalhar na construção do forte das Torres. O viajante, botânico e fisiologista francês, Auguste de Saint-Hilaire encontrou contingentes deles quando passou pelo litoral norte, relatando que revelavam traços de sangue espanhol e que "todos conhecem o espanhol e a língua geral. Notei, porém, que, quando falam esta última língua, utilizam vocábulos às vezes diferentes dos que se acham consignados no dicionário dos jesuítas" (citado em RUSCHEL, s/d, p. 1). Informa também que os portugueses haviam organizado Regimento de índios Guarani das Missões desde 1808, parte deles enviados como milicianos para servirem guarda no Presídio de Torres, conforme pesquisou Ruy Ruschel.

Em 1821, o mesmo viajante atravessou a região das Missões orientais e constatou a decadência em que elas se encontravam. A economia estava mal, o cultivo agrícola decadente e os rebanhos desorganizados. Chegou por São Borja, onde rapidamente identificou a dispersão indígena provocada pela decadência missioneira. "Encontrei também aqui uma família de índios fugidos. Esses infelizes dispersaram-se por toda a Capitania, achando sempre poucos meios de subsistência" (SAINT-HILAIRE, 1987, p. 130). São Nicolau, a do rio Uruguai, estava em decadência e ruínas, sua pequena população índia vivendo na mais completa "indigência". Não havia mais do que duas dúzias de casas habitadas, encontrando apenas crianças, mulheres e velhos.

Nas imediações de São Nicolau ainda encontrou estâncias e chácaras plantadas pelos índios. Fez contato com os militares e portugueses paulistas que tomavam posse de grandes extensões de terras outrora pertencentes aos povoados. As terras de São Nicolau já estavam ocupadas apenas por dois brancos. Conheceu o administrador da Região das Missões,

Marechal Chagas, que se valia da sua posição como responsável pelos índios para tirar proveitos materiais.

Saint-Hilaire também deixou, registradas, diversas passagens sobre a situação da população missioneira, mas a partir da sua educação aristocrática em Orleans (VENTURELLA, 1994, p. 92). Ainda que limitado por suas pré-compreensões etnocêntricas, deixou importantes comentários em torno aos índios com os quais se deparava:

> Como remediar, nas atuais circunstâncias, tantos males? Confesso não ver nenhum meio. A civilização não nasceu para índios, visto ser fundada inteiramente na concepção do futuro, que lhes é absolutamente estranha. Cercados de homens civilizados os selvagens não podem vouver completamente ao estado de bárbaros. Até serem completamente absorvidos pelos brancos terão de viver de modo muito pior que a vida selvagem, visto terem perdido a inocência peculiar aos seus ancestrais quando viviam em plena floresta, e visto não possuírem qualidades necessárias à vida em sociedade, da qual não podem entretanto sair. (...) Os guarani apenas podem ser comparados às crianças de nossa raça (SAINT-HILAIRE, 1987, p. 127).

Saint-Hilaire é explícito, despreza a ingenuidade infantil dos índios. Perpetuava-se, assim, aquela mesma significação colonial em torno da imprevidência indígena, da falta de direção, da necessidade de uma orientação civilizada. O nascente Estado-nação brasileiro encontrou nesse tipo de argumento legitimidade para assumir o papel de pai/patrão frente aos autóctones, para exercitar sobre eles a tutela plena.

Ao mesmo tempo, Saint-Hilaire explicita uma completa incompatibilidade entre a inocência peculiar, que atribui ao selvagem em seu suposto estado bruto e natural, e o universo da "sociedade" que se firma compulsoriamente enquanto uma civilização que não tem lugar para índios, pois fundada pelo velar da negação das alteridades originárias. Certo é que Saint-Hilaire não tinha parâmetros conceituais para neutralizar suas pré-compreensões etnocêntricas, para perceber mais amplamente o que havia além de pura indeterminação natural no comportamento que descreve dos Guarani-missioneiros. Quase toda sua descrição é pela diferença negativa em relação à sua civilidade, com exceção da índole dócil, da obediência, da idolatria de imagens e a volúpia e feiura das mulheres.

Ao mesmo tempo, registrou para o Rio Grande do Sul a permanência, em pleno século XIX, daquelas alianças originadas pelo *cunhadasco* entre índios e espanhóis, o que critica por criar costumes mistos e levar os brancos à barbárie (lembremos, não se pode virar nativo!). Relata o caso de um de seus hospedeiros brancos que se juntou, a contragosto de seu pai, fugido com uma mulata:

> Depois, meu hospedeiro se enamorou por uma índia, com a qual tem filhos e, apesar de saber que ela se entrega a qualquer um, não cessa de presenteá-la. Sua legítima mulher se desgostou com esse modo de vida e o abandonou. Ao citar

> esses fatos, em si desinteressantes, é para chamar a atenção dos males que causa nas famílias a mistura de índios e brancos. Estes não são os únicos. Todos os cultivadores da província têm nas suas casas índios que lhes servem de peão. Suas esposas e filhas têm continuamente sob os olhos os exemplos de libertinagem das índias e, familiarizando-se com o vício, tornam-se tão pouco castas quanto as próprias índias (citado por VENTURELLA, 1994, p. 97).

O viajante francês fixa tais costumes como traços de desuniões familiares - como se uma anomia social, ao inverso do que este texto aponta: a existência de uma situação social peculiar de alianças, derivada da conquista portuguesa das Missões. Alianças assimétricas, é verdade, pois os luso-brasileiros só falavam aos índios numa dureza extrema, o que não foi interpretado como sinal de maldade por Saint-Hilaire.

> Testemunhas contínuas da inferioridade dos homens dessa raça, eles se acostumam a quase confundi-los como animais, e ninguém será considerado bárbaro, se para adestrar um cão ou domar um cavalo, tiver necessidade de lhe dar umas chicotadas. A humanidade, em certos casos, não pode ser olhada senão como fruto do raciocínio, do qual homem sem educação não é suscetível(citado por VENTURELLA, 1994, p. 98).

Três séculos depois e os índios continuavam a ser efetivamente tratados como animal na Região Platina, enquanto um racionalista francês justificava o ato pelo seu sentido didático.

Em 1828, o caudilho Frutuoso Rivera tomou posse virtual de toda a região das Missões orientais, retornando depois ao território uruguaio, seguido da maior parte dos índios missioneiros. Foi o último grande êxodo dos remanescentes das populações missioneiras. Os índios de Rivera foram para Bela Unión. Três anos mais tarde em Salsipuedes, 40 deles foram mortos e 300 transformados em escravos, por mando do próprio Rivera. Aurélio Porto considera esse êxodo como sendo o momento de despovoamento final da região pelos missioneiros (PORTO, 1954b, p.384). A etnografia dos invisíveis mostra que esse referido despovoamento é uma hipótese sem fundamentação, ainda mais quando lembramos a descrição que Saint-Hilaire tinha feito sobre a incorporação dos indígenas nas famílias luso-brasileiras.

A força do machado imigrante construindo civilização contra as brenhas e seus habitantes fantasmas

A civilização não nasceu para índios, escreveu o ilustrado francês passando pela região dos antigos Sete Povos um ano antes da independência do Brasil. Suas ideias estavam em sintonia profunda com a mentalidade dos líderes políticos responsáveis pela regimentação administrativa do país, embora fossem luso-brasileiros. Como defendeu Darcy Ribeiro em *As Américas e a Civilização* (RIBEIRO, 1983), o Brasil é um dos raros exemplos na história da humanidade em que sua elite política, responsável pela ordenação dos Poderes de Estado,

destituiu legitimidade de seus habitantes nativos como agentes de construção nacional, optando por um projeto de país a ser construído pelo trabalho dignificante feito por braços de imigrantes europeus. Como colocaram os constituintes do Império em 1824 no Rio de Janeiro, era necessário construir uma nação com "gente de melhor qualidade". No mesmo ano começou a chegada de famílias de alemães no sul do Brasil, a fim de debelar as florestas e matas, extinguir suas feras e conduzir os selvagens infantis e bárbaros até sua diluição completa no amálgama da civilização branca. Nos primórdios coloniais, chegaram portugueses; logo em seguida, açorianos. Era chegada a vez dos germânicos.

Ao que parece, o alemão, principalmente o imigrante individualista do século XIX, enfrentou as alteridades autóctones sem compreendê-las como tal, negando-as como verdadeira humanidade ao estilo dos pensadores coloniais anteriores, justificando assim sua participação superior e privilegiada no processo civilizatório sulbrasileiro. Há comentários típicos do que chamamos hoje racismo, num nível muito mais marcante do que encontramos na documentação luso-brasileira. Tudo justificando destituição de território, exploração do trabalho e violentação dos corpos ameríndios.

A título de exemplo, tenham-se alguns trechos escritos pelo alemão Roberto Cristiano Bertoldo Avé-Lallemant, quando (1858) ele visitou a aldeia decadente de São Nicolau do Rio Pardo e a compara com a próspera vida civilizada da colônia vizinha de Santa Cruz.

> Construíram-lhes uma pequena capela, a uma milha de distância de Rio Pardo, e fundaram uma aldeia de índios, cuja direção foi entregue ao seu cacique. E lá vivem eles uma vida inútil, meio escondidos no mato, e cada dia mais reduzidos. (...) Chegando a um casebre, apareceu-me uma jovem índia de rosto amável, meio idiota, e sua mãe, uma miserável virago. Afora algumas engroladas palavras portuguesas e um acanhado sorriso, que me pareceu realmente doloroso, nada mais pôde expressar a pobre mulher. (...) Em breve descobri algumas cabanas, mas lá também se mostrava existência miserável, incolor. Diante de uma choupana, uma índia velha limpava milho numa cesta de bambu. Ao lado dela, ardia um fogo e em volta acocoravam-se três crianças e uma jovem índia adulta... Queria falar-lhes, mas repetiu-se a mesma cena; os **esquisitos fantasmas das brenhas** não conheciam nada, nem sabiam, nem desejavam, nem diziam (AVÉ-LALLEMANT, 1980, p. 168 [grifo nosso]).

É possível imaginar o esforço que as índias Guarani visitadas pelo viajante devem ter feito para entender o que ele perguntava num sotaque carregado de Alemão, sendo elas já pouco falantes do Português. Avé-Lallemant continua seus comentários sobre os índios:

> São, pois, criaturas bem formadas e causa, entretanto, uma impressão infinitamente lastimosa. Quando crianças, acocoram-se, seminuas, em volta do fogo; quando rapazes crescidos, apanham alguma caça; quando homens, são mandriões, pois estão no fim da existência, quando o trabalho começa. Por isso, são indubitavelmente seres humanos provisórios(AVÉ-LALLEMANT, 1980, pp. 168-9).

Em meados do século XIX, a ideologia do trabalho já aparecia como a via simbólica mais transitada para justificar a superioridade e legitimidade de quem chegou oficialmente e depois, vindo de fora para desalojar os "esquisitos fantasmas das brenhas". Poderia existir relato mais "literal" sobre a manifestação da invisibilidade dos Guarani-missoneiros, em pleno século XIX? Com os comentários acima, Avé-Lallemant pintou o fundo negro sobre o qual ele projeta o esplendor e luz da obra realizada por seus conterrâneos em Santa Cruz, localizada próxima à São Nicolau:

> E apenas cinco milhas adiante, que diferença! Ali ressoa o machado na floresta, ali o fogo da lavoura corrói matas até então indômitas: de novo a coragem alemã, a diligência alemã, músculos alemães iniciaram aqui a luta contra as brenhas. Festejam vitória sobre vitória, colônias enfileiram-se a colônias, e aprazíveis residências em picadas bem alinhadas assinalam os lugares onde antes hordas de bugres disputavam o esconderijo com as onças e tapires, onde apenas bandos de bugios uivavam, saltando de galho em galho(AVÉ-LALLEMANT, 1980, p. 170).

Na segunda metade do século XIX, os antigos povoados das Missões orientais haviam se transformado em ruínas. O historiador Hemetério Velloso da Silveira apresenta dados ilustrativos sobre a evolução histórica em um deles, a aldeia de São Nicolau do rio Uruguai, onde esteve em 1886 (SILVEIRA, 1909). Diz que o povoado estava abandonado até 1845, depois dos conflitos das primeiras décadas do século. Comenta que a lei de terras públicas, de 1856, possibilitou que os ocupantes efetivassem registro de propriedade, quando só existiam chácaras e pequenas estâncias na proximidade das ruínas do antigo povoado. Diz que em 1871, iniciou-se uma nova povoação nos subúrbios da outra, mas não refere que tipo de população estava presente. Em 1886, encontrou ainda uma povoação diminuta, além de 22 engenhocas para fabricação de açúcar, aguardente e farinha de mandioca. Havia também cultivo e venda de cereais. As colônias de imigrantes alemães já estavam próximas. O projeto imperial promoveu a expansão da ocupação alemã com o objetivo explícito de desbravar as matas e assegurar uma comunicação satisfatória, por terra, entre os portos fluviais da bacia do rio Jacuí, passando pelo Planalto Médio até o rio Uruguai.

Através do tempo, essa estratégia produziu uma ocupação compacta de descendentes alemães na faixa norte da Depressão Central, do litoral até a região de Santa Maria, além da criação de outros núcleos coloniais próximos às ruínas das antigas Missões e na Serra do Sudeste desde São Lourenço do Sul, na margem das Lago dos Patos:

> Os colonos, imigrantes ou seus descendentes, dirigem-se sempre para a mata. O povoamento se expande, então, sobre os troncos abatidos; 'colonizar e desmatar são sinônimos', sintetizou, muito bem, Pierre Denis. ...o que sucedeu com os imigrantes europeus é que eles se fizeram herdeiros da tradição luso-brasileira de

> que a agricultura só seria proveitosa na mata, onde o solo humoso compensava o trabalho de semeadura(BERNARDES, 1997, p. 74).

O machado alemão serviu para desbravar as matas, produzindo civilização e ajudando o Império brasileiro a debelar hordas escondidas de bugres, remover as brenhas e exorcizar seus habitantes fantasmas.

Considerações Finais: Fantasmas nativos ressurgem nas cinzas das antigas brenhas, abalando o eurocentrismo nativizado

Os parâmetros contemporâneos do pensamento social crítico, da antropologia e do arranjo político internacional demonstram o quanto foram tendenciosas, violentas e preconceituosas as ideias que fundaram a civilização brasileira, pois que cópia e reprodução dos mesmos enquadramentos eurocêntricos herdados do Romantismo lusitano, da Ilustração francesa e do individualismo protestante europeu. Outrora, foi legítimo colocar em operação a máquina de etnocídio civilizatório, tornando perpétuo o regime administrativo colonial de supressão das alteridades originárias (pela cruz ou pela espada). Portugueses e espanhóis, alemães e (depois) italianos chegaram na América para tomar propriedade privada de territórios outrora ameríndios divididos em lotes cartesianos, para constituir patrimônio material privado na exploração dos saberes, dos recursos, dos coletivos e dos corpos originários americanos.

Hoje, é obrigatório partir da crítica e denúncia dos danos irreparáveis gerados sobre os coletivos ameríndios e seus descendentes no processo de construção do Brasil. A começar pelo recontar da história para investigar omissões e silêncios, reconhecendo a grande contribuição e atuação dos ameríndios nas diversas etapas de nossa história nacional até hoje. Há, agora, condições teóricas para reconhecer empiricamente que muitos coletivos originários acionaram mecanismos de invisibilidade (STOCKS,1981) - em conjunto ao padrão milenar da mobilidade e da autarquia doméstica - frente às forças etnocidárias que os queria extintos, mimetizando-se enquanto campesinato mestiço e, por isso, considerados localizados naquele limbo amorfo e sem cultura (o suposto colapso segundo a teoria do desalento), como suposto por Saint-Hilaire reproduzido anteriormente.

Na região dos Sete Povos da Banda Oriental do Uruguai, os neoguarani aparecem etnograficamente designados pejorativamente como “pêlo-duros”, índios, bugres, negros (da terra) e até mesmo como “brasileiros” (entre aqueles que se reivindicam enquanto “de origem” [europeia]), todos considerados decaídos, gerando vergonha entre os mestiços com europeus ao ponto de fazê-los viver no drama de escapar do fantasma das brenhas originárias que os constituem enquanto pessoas, vivendo no pavor constante de “virar nativo”.

A Constituição Federal brasileira de 1988 restituiu o direito à diferença e reconhecendo a precedência dos direitos coletivos e originários em relação aos direitos privados; em tese, ao menos. Os referenciais críticos ao colonialismo reincidente, da teoria da etnicidade (BARTH, 1969) e da antropologia reflexiva/reversa permitem desvelar os silêncios da história e a servidão da antropologia clássica ao Imperialismo, desmentindo a versão da historiografia e da literatura nacional que reduziram as alteridades originárias ao nível da animalidade, da bestialidade, da infantilidade, da natureza, do caótico, do fantasmagórico; e, por fim, do extinto e diluído na suposta "branquidão" brasileira. Na nova conjuntura constitucional, muitos coletivos fazem mobilização étnica no Brasil em torno de suas origens ameríndias, como exemplificam os processos de emergências étnicas de índios do nordeste. Novos instrumentos analíticos permitem aos antropólogos retirar das sombras e das cinzas formas legítimas de alteridade originárias, mesmo nos casos em que houve grande mestiçagem.

Durante levantamentos etnográficos realizados entre 1995-1998 na região dos antigos Sete Povos (RS), confirmamos a hipótese sobre a existência de algumas famílias neoguarani - invisíveis missioneiros - ainda habitando isoladas na zona rural, reproduzindo parâmetros ameríndios de assentamento, de sustento e de parentesco, apenas não falantes da língua Guarani. A Vila do Barrasco, nos fundos da altual Distrito de São Lourenço (Município de São Luiz Gonzaga), é exemplo para demonstrar os efeitos da máquina etnocidária brasileira sobre um grupo familiar vivendo isolado num pequeno terreno, pequena ilha cercada por latifúndios. A parentela de Barrasco reside em casas tradicionais a menos de dois quilômetros das ruínas jesuíticas (transformadas em Parque Federal), mas não há reconhecimento oficial de qualquer vínculo deles com o patrimônio arqueológico. Eles são reserva de mão-de- obra barata e servil. Retiraram as terras dos originários e de seus descendentes. Eles existem ainda em alteridade radical e por isso resistem, mas eles ainda são marginalizados (localmente são chamados de "ladrões"), tratados como se fossem fantasmas a provocar o medo de mestiços que se reivindicam enquanto "de origem" (expressão utilizada para reforçar a ascendência europeia e renegar traços indígenas na população local).

Os originários tornaram-se fantasmagóricos para aqueles euro-referenciados que fogem da introspecção que os fariam reconhecer que as brenhas são nada mais do que projeções de seus fantasmas psíquicos e interiores; mas isso já é outra história (ontológica).

Referências Bibliográficas

AVÉ-LALLEMANT, R.. **Viagem pela Província do Rio Grande do Sul (1858)**. Belo Horizonte:Ed. Itatiaia / São Paulo: EDUSP. 1980.

BARTH, F. **Ethnic groups and boundaries. The social organization of culture diference.** Londres:George Allen & Unwin / Bergen-Oslo:Universitets Forlaget, 1969.

BERNARDES, N. [1997]. **Bases geográficas do povoamento do Rio Grande do Sul.** Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 1997.

CESAR, G. **O contrabando no sul do Brasil.** Caxias do Sul: UCS-Est, 1978.

CESAR, G. **Primeiros cronistas do Rio Grande do Sul 1605-1801**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1981

CLASTRES, H.. **Terra sem Mal: o profetismo Tupi-Guarani**. São Paulo: Brasiliense, 1978..

DOMINGUES, M. A conquista das Missões: um enigma histórico. In: **Anais do I Simpósio Nacional de Estudos Missioneiros**. Santa Rosa: Faculdade Dom Bosco, 1981.

FERREIRA FILHO, A. **História Geral do Rio Grande do Sul (1503-1974)**. Porto Alegre:Globo, 1974.

FLORES, M. A conquista das Missões. In: **Anais do III Simpósio Nacional de Estudos Missioneiros**. Santa Rosa: Faculdade Dom Bosco, 1979.

FLORES, M. A transmigração dos Guarani para a Aldeia de Nossa Senhora dos Anjos. In: **Estudos Ibero-Americanos** (Anais das III Jornadas Internacionais sobre as Missões Jesuíticas). Porto Alegre: PUC-RS, v. XV, n. 1, 1989 p.81-92.

KERN, A. **Missões uma utopia política**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.

KERN, A. Das aldeias guarani às missões jesuíticas: um processo de transformações culturais In: **Anais da I Jornada regional da cultura missioneira. Santo Ângelo**: FUNDAMES, 1985, p.53-71.

LAYTANO, D. **Origem da propriedade privada no Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Martins Livreiro/ESTSLB, 1983.

LEROI-GOURHAN, A. **O gesto e a palavra 2 - memória e ritmos.** Porto: Edições 70, 1987.

MELIÁ, B. **El Guaraní conquistado e reducido**. Asunción: Assunção: CEADUC, Universidad Católica N.S. de la Asunción, 1986.

MONTEIRO, J. M. **Índios no Estado de São Paulo: resistência e transformação**. São Paulo: Yankatu, 1984.

MONTOYA, A. **Conquista espiritual feita pelos religiosos da Companhia de Jesus nas Províncias do Paraguai, Parana, Uruguai e Tape**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1985.

MÖRNER, M. **Actividades políticas y economicas de los jesuitas en el Rio de la Plata**. Buenos Aires: Hyspanamérica, 1985.

NEUMANN, E. **O trabalho guarani missioneiro no rio da Prata colonial, 1640-1750**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1996.

PACHECO DE OLIVEIRA, João. (org.). **Indigenismo e terrirorialização: Poderes, rotinas e saberes coloniais no Brasil contemporâneo.** Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria Ldta., 1998.

PORTO, A. **História das Missões Orientais do Uruguai. Vol.1**.Porto Alegre:Selbach, v. III e IV, 1954a.

PORTO, A. **História das Missões Orientais do Uruguai. Vol.2**. Porto Alegre:Selbach, v. III e IV, 1954b.

RIBEIRO, D. **As Américas e a Civilização**. Petrópolis:Vozes, 1983.

RUSCHEL, R. **Presença platina na formação de Torres**. Comunicação no Encontro e História e Geografia do Prata (mimeografado), s/d.

RUSCHEL, R. O direito de propriedade dos índios missioneiros". **Veritas**. Porto Alegre: PUC, v.39, número 153, 1994, p.103-116.

SAHLINS, M. Que é iluminismo antropológico? Algumas lições do Século XX In: SAHLINS, M. **Cultura na Prática**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007, p. 533-560.

SAINT-HILAIRE, A. **Viagem ao Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: ERUS, 1987..

SANTOS, J. Q. (org.). As missões jesuítico-guaranis nas crônicas dos primeiros conquistadores luso-brasileiros do Rio Grande do Sul. In: *Estudos ibero-americanos*. Porto Alegre:PUCRS, v.XV, n.1, 1989, p. 271-284.

SOUZA, José Otávio Catafesto de. **Aos fantasmas das brenhas: etnografia, invisibilidade e etnicidade de comunidades originárias no Rio Grande do Sul**. Tese (doutorado). Porto Alegre: UFRGS/PPGAS, 1998.

SILVEIRA, H. J. V. **As Missões Orientais e seus antigos domínios**. Porto Alegre:Typographia da Livraria Universal de Carlos Echenique, 1909.

STOCKS, Anthony Wayne. **Los nativos invisibles**. Lima:Centro Amazónico de Antropologia y aplicacion practica, 1981.

VENTURELLA, A. L. T. Índios e negros na literatura: a ótica dos viajantes franceses. In: FLORES, Moacyr (org.). **Negros e índios: literatura e história**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1994, p.91-102.

VENZON, R. A. Os Guarani Missioneiro: incorporação e sobrevivência". In: **Terra Indígena do RS**. Porto Alegre, mimeografado, 1991..

WILDE, G. **Religión y poder en las misiones de guaraníes**. Buenos Aires: SB, 2009.